

## ÍNDICE

<b>A. CONTEXTO E PROPÓSITOS</b>	2
<b>B. PERGUNTAS E RESPOSTAS MAIS FREQUENTES</b>	5
<b>B.1.</b> O que é a Constituição?	5
<b>B.2.</b> Há algum período previsto para a Revisão da Constituição ou pode ser feita em qualquer altura?	5
<b>B.3.</b> Em que medida a Revisão Constitucional vai mudar alguma coisa na vida dos Portugueses?	5
<b>B.4.</b> Em que medida é que o processo de Revisão Constitucional pode contribuir para a mudança que o país, comprovadamente, necessita?	5
<b>B.5.</b> É oportuno rever a Constituição neste momento, quando Portugal está assolado por uma crise financeira, social e económica de enormes proporções?	6
<b>B.5.1.</b> Como podemos encontrar Oportunidades no meio desta crise?	6
<b>B.6.</b> A Constituição é um travão à governação e às mudanças necessárias para levar Portugal para um patamar mais elevado, no que diz respeito à qualidade de vida dos portugueses?	6
<b>B.7.</b> O PSD quer acabar com o Estado Social?	6
<b>B.7.1.</b> Então como é, em grandes linhas, o Estado Social defendido pelo PSD?	7
<b>B.8.</b> Mas, não é verdade que O PSD pretende acabar com o acesso gratuito à educação e à saúde, substituindo o socialismo pelo liberalismo?	7
<b>B.9.</b> O PSD quer liberalizar os despedimentos?	8
<b>B.9.1.</b> Para quê, então, o uso da expressão “razão legalmente atendível”?	8
<b>B.9.2.</b> Realidades às quais não podemos virar a cara	8
<b>B.9.3.</b> Então o que defende o PSD?	8
<b>B.10.</b> O PS pretende defender os interesses dos Portugueses ao tentar impedir a revisão Constitucional?	9
<b>B.11.</b> É possível reformar o Estado Social e dar uma nova esperança aos portugueses?	9
<b>C. QUAIS SÃO OS VALORES QUE O PSD PRETENDE ASSEGURAR NA PRÓXIMA REVISÃO CONSTITUCIONAL?</b>	10

## A. CONTEXTO E PROPÓSITOS

O nosso País tem passado ao longo da sua já longa história por momentos muito difíceis. Os momentos que estamos a viver hoje em dia serão recordados como uma época muito dura, uma crise muito severa. Em cada momento e em circunstâncias limites, soubemos enfrentar corajosamente as dificuldades superando-as, vencendo. Mas as grandes dificuldades só são superadas se tratarmos de as entender de forma a adoptar as melhores soluções.

Um dos grandes objectivos da implantação da nossa democracia em 1974 foi o de que os Portugueses voltassem a recuperar a sua capacidade de decidir sobre o seu futuro. Ganhassem liberdade, capacidade de decisão individual. Em concreto, pretendeu-se devolver aos cidadãos o poder de decisão sobre qual o modelo de sociedade que, em cada momento, queriam para Portugal. Imersos também na altura numa crise acentuada, já nos anos 80, uma das decisões mais importantes foi a de aderir à Comunidade Económica Europeia (hoje, União Europeia) dando lugar à abertura de mercados com a conseqüente livre circulação de Pessoas e bens. Foi o início da nossa segunda Globalização (a primeira Globalização da história da humanidade foi a Portuguesa, há 500 anos, com a abertura de mercados à escala global, nos Descobrimentos). A entrada na União Europeia foi também muito importante, porque nos deu acesso a um mercado financeiro estável e a fundos de Coesão que visaram eliminar as diferenças nos padrões de vida da nossa sociedade quando comparados com os padrões da média Europeia.

A nossa sociedade desenvolveu-se a um ritmo muito rápido nos primeiros 9 dos, até agora, 24 anos de convívio de plena integração no Espaço Europeu. Foi também neste período que a União contava ainda com um número bastante restrito de países. No início, eram apenas 12. Hoje em dia contamos com 27 países, muitos deles do Leste da Europa com processos de integração muito mais recentes. O que aconteceu nos últimos 15 anos? De notar que com a excepção de um breve período de cerca de 2 anos de Governos PSD, o País viveu estes últimos 15 anos com Governos de matriz socialista.

### A.1. QUAL FOI A CONSEQUÊNCIA, EM TERMOS LATOS, DESTE CICLO?

Nos últimos anos, o nosso crescimento económico médio anual (PIB) foi inferior ao Europeu (só nesta última década, o nosso crescimento foi de 0,9% contra 1,6% da média europeia). Mas, neste período, fomos insistindo num modelo socio-económico ultrapassado, que não responde aos desafios globais. Não realizámos as reformas estruturais de que o país há muito necessita, não valorizámos nem aproveitámos as capacidades dos Portugueses, alimentámos um Estado cada vez mais pesado, ineficiente, manipulado e instrumentalizado, tornámos o Estado Social ineficaz e insustentável, cultivámos uma promiscuidade político económica em benefício de poucos.

Os efeitos, em termos de Governo e por consequência, para toda a sociedade Portuguesa, foram o progressivo crescimento da máquina do Estado em toda a latitude e longitude da nossa sociedade substituindo-se na capacidade dos cidadãos decidirem, no dia-a-dia, sobre a sua própria vida. Em concreto, o Estado vai orientando ou decidindo sobre o que devem fazer os seus cidadãos (onde devem nascer, onde devem estudar, onde devem ter cuidados de saúde, etc...), criando uma máquina pesadíssima e fomentando um conjunto de cidadãos cada vez mais dependentes em grau elevado do Estado e com poucas alternativas: em Portugal temos, hoje, 5 Milhões de pessoas que recebem, todos os meses, rendimentos do Estado: Funcionários Públicos, Desempregados, Reformados, titulares de Rendimento Social de Inserção (antigo Rendimento Mínimo). Não se questiona, antes pelo contrário, o papel do Estado como garante de uma eficaz protecção social mas este nível e tipo de intervenção não é comprovadamente saudável e equilibrado em qualquer sociedade e muito menos sustentável. Principalmente os Governos socialistas não foram capazes de criar um modelo social ao mesmo tempo mais preventivo (através de uma educação de base de qualidade para todos, da igualdade de oportunidades, do apoio às famílias desestruturadas, de cuidados primários de saúde, etc.) e também mais reabilitante, que permitisse aos cidadãos ainda em idade activa e com saúde retomar o seu papel normal na sociedade. Não se focaram os apoios em quem mais necessita (mais idosos/reformados, crianças, deficientes e doentes crónicos) e na ânsia de multiplicar os supostos apoios sociais, numa perspectiva eleitoralista, também não se cuidou de se criarem os sistemas para evitar as fraudes e os abusos.

Nestes últimos 15 anos, ao mesmo tempo que se adoptaram em Portugal medidas nas quais o Estado vai assumindo tarefas no universo da Saúde, da Educação e até na Economia em sobreposição aos Privados, a União Europeia alargou-se para Leste estimulando concorrência no espaço Europeu e diluindo os fundos de adesão disponíveis para países, como Portugal, beneficiários desde 1986. O mundo também mudou muito com o aparecimento de grandes economias (China, Coreia do Sul, Índia ou Brasil). E acelerou muito o processo de Globalização fortemente “empurrado” pela abertura das fronteiras e pela revolução nas Tecnologias de Informação. Neste cenário, houve países ou regiões que souberam aproveitar os efeitos destas alterações, abrindo mercados-alvo para conseguir crescer e outros, como Portugal, que ficaram entretidos na sua Estatização e perderam competitividade, iniciando um processo de estagnação, definhamento ou recessão.

Em simultâneo com o aparecimento da moeda única, a nossa economia passou a dispor, no acesso a mercados financeiros, de dinheiro barato e abundante. Isto “ocultou” durante todo este tempo os efeitos negativos da perda de competitividade

da nossa economia, aumentando a um ritmo muito elevado o endividamento do Estado, das Empresas Públicas, das Empresas Privadas e das famílias (no total representando mais de 300% do PIB, o nível mais elevado da União Europeia).

Uma sociedade com uma dívida galopante, onde o Estado assume o papel de protagonista, intervindo onde não deve, com descontrolos sistemáticos de despesa – as despesas totais do Estado passaram de 43,2% do PIB em 2009 (cerca de 49,3 mil milhões de euros) para 51% do PIB em 2009 (o equivalente a 83,5 mil milhões de euros). Um Estado mais preocupado em distribuir o que tem e o que não tem, em vez de se focar em produzir riqueza. Tal situação, transforma-a numa sociedade cada vez mais doente e com cada vez menos força para competir no mercado aberto onde se encontra. Isto é, uma sociedade com cada vez mais dívidas, com um Estado que começa a perder capacidade de distribuir recursos porque deixa de os ter, que se vê forçado a cortar no Estado Social, que fica cada vez mais fragilizado. É por isso que todos assistimos a encerramentos de escolas e unidades de saúde, como os Serviços de Atendimento Permanente (SAP), em muitas localidades do País.

Este Estado não tem outra alternativa senão ir, de ano para ano, buscar mais impostos aos bolsos dos Portugueses. Se não tratamos, à séria, do doente, ele pode morrer. Veja-se o caso da Islândia, ou de uma Grécia que foi socorrida pela Comunidade Internacional (U.E e FMI) quando já estava em coma... O nosso País é hoje em dia um doente debilitado com a agravante adicional de se ter de defender de uma crise financeira severa a nível Internacional. Esta é uma realidade que nos está a atingir em pleno!....

## A.2. NESTE CONTEXTO, TEMOS DUAS OPÇÕES:

Ou ficamos imóveis e esperamos que algo desconhecido, talvez utópico, aconteça e que nos possa salvar...

...Ou começamos, de uma vez por todas, a demonstrar ao mundo e a nós próprios que somos corajosos, competentes e capazes de comandar o nosso próprio futuro, começando desde já a fazer o nosso trabalho de casa.

## A.3. QUAL É ESSE TRABALHO DE CASA?

É um trabalho tão exigente quanto a dimensão dos problemas em que estamos mergulhados.

Temos que dar o exemplo, o bom exemplo. Temos que clarificar o papel do Estado, focá-lo nas suas atribuições fundamentais e colocá-lo ao serviço dos Portugueses, prestigiar e profissionalizar a Administração Pública, criar um novo Estado Social mais justo, eficaz e sustentável. Temos que criar um enquadramento favorável à actividade empresarial e ao investimento de qualidade, ao aumento da produtividade e competitividade, à criação de riqueza e emprego. Temos de equilibrar as nossas contas públicas, mais pela parte da redução da despesa e menos pelo aumento dos impostos e iniciar uma trajectória de colocação dos níveis de endividamento públicos em rácios saudáveis.

Temos de explicar o que se está a passar aos Portugueses e obter o seu apoio para um processo de real transformação da sociedade portuguesa. Isso permitir-lhes-á que tomem medidas de aumento de poupança e controlo de custos e de endividamento que, no seu todo, contribuirão de forma positiva para a saúde da nossa economia.

Mas, acima de tudo, temos de explicar convenientemente aos Portugueses que temos de **alterar** o nosso modelo de sociedade, principalmente no que respeita a alcançar maiores níveis de produtividade e competitividade e deixar de consumir acima do que produzimos, o que só tem sido possível pelo recurso sistemático ao financiamento externo, que cada vez é mais caro. **É muito importante que sejamos nós a fazê-lo, enquanto vamos a tempo. Aos Gregos, por exemplo, tem vindo a ser o FMI a dar as “explicações”.**

## A.4. ALTERAR EM QUE MEDIDA?

É preciso alterar o método de financiamento dos serviços que o Estado presta à nossa sociedade. Queiramos ou não, a Comunidade Financeira Internacional vem olhando cada vez com mais desconfiança para o nosso País, tornando o financiamento muito mais caro. Mas o financiamento do Estado não se remete exclusivamente ao financiamento Internacional. A carga fiscal sobre os Portugueses tem vindo a crescer todos os anos para sustentar a máquina do Estado. Estamos a um nível de tal forma elevado face ao nosso nível de riqueza que, se o Governo for buscar mais dinheiro aos Portugueses (e vai tentar fazê-lo porque continua a gastar mais) para além de ser totalmente injusto pode até ser ineficiente: o mercado retrai-se, diminuindo a receita fiscal. Haverá aumento da fraude fiscal e também um processo de fuga de capitais para países fiscalmente mais atractivos e seremos menos competitivos para a captação de investimento estrangeiro. No mercado Global actual estas notícias são devastadoras.

## A.5. SE NÃO DEVEMOS COBRAR MAIS IMPOSTOS O QUE TEMOS ENTÃO DE FAZER?

Devemos ir por dois caminhos, paralelos:

O **primeiro** passa por emagrecer a estrutura de custos do Estado. Como se consegue? Gerindo melhor os recursos e combatendo firmemente o desperdício: estima-se que o desperdício por ineficiência na despesa anual do Estado em

Saúde seja de, aproximadamente, 25%. Tal representa cerca de 2.500 milhões de euros por ano gastos a mais. O caminho a seguir, em vez de ser pedir mais impostos é gerir melhor os recursos. Há demasiados “Institutos” e “Direcções-Gerais”. Há demasiados “Gabinetes de Estudos”, demasiados carros e motoristas. A RTP, só no ano passado, custou mais de 400 milhões de euros ao País. O caminho a seguir, em vez de ser pedir mais impostos aos Portugueses é gerir melhor. O financiamento do Ensino progressivamente gratuito ou da Saúde tendencialmente gratuita é assegurado pelos impostos. Mas se existe uma faixa da população que pode pagar serviços que, à data de hoje, obtém gratuitamente porque não deve o Estado cobrar? Assim, financia-se o SNS (cuja despesa, este ano, subiu 10%) e o Ensino gratuito de forma mais justa: quem pode pagar paga e quem não pode, paga o Estado, com as transferências dos que têm mais rendimentos. Mantém-se sempre a segurança do Estado apoiar (mas mais e melhor) quem não tem possibilidades de pagar.

O **segundo caminho** é estimular a economia de forma a torná-la mais competitiva. Se vivemos num mercado aberto, em total exposição a praticamente todos os mercados mundiais, temos de ser capazes de competir. Como não o fizemos bem ao longo da última década, temos vindo a perder lugares de ano para ano em termos de competitividade, capacidade de crescimento, capacidade de financiamento, criação de competências, de massa crítica, de capacidade de realizar parcerias internacionais, ...cada vez mais o nosso esforço é mais inglório.

## A.6. COMO SE CONSEGUE ESTIMULAR A ECONOMIA?

Essencialmente criando um ambiente favorável à actividade económica.

Antes de mais deve ficar claro qual o papel do Estado em termos económicos (que deve ser fundamentalmente de promover o referido enquadramento, incluindo e exercendo a sua actividade de regulação e fiscalização) e qual o espaço que deixa para a iniciativa privada, inclusive na área da prestação de serviços públicos (onde o Estado não tem que ser prestador exclusivo dos serviços que garante).

Actualmente, não temos um enquadramento favorável ao investimento de qualidade (seja ele nacional ou estrangeiro) e ao aumento da produtividade e competitividade. Comparamos de um modo geral mal em todos os factores que explicam esse enquadramento (qualificação dos recursos humanos, funcionamento da justiça, burocracia do Estado, flexibilidade laboral, regulação de mercados, etc.)

Temos de criar condições de igualdade dos nossos agentes económicos para com os seus principais concorrentes Europeus. Para isso precisamos de um Estado de confiança, que se concentre e faça bem o seu papel na sociedade: devolva aos cidadãos a sua capacidade de escolher livremente os seus caminhos e não compita com eles de forma desigual, nas suas actividades empresariais. Nos últimos dez anos houve importantes processos de privatizações, mas o Estado, por um lado, vendia empresas e, por outro, criava muitas mais. Neste âmbito, o Papel do Estado não é o de ter empresas, mas sim o de regular a actividade económica e financeira. Legislar no sentido de dotar o mercado de agilidade que estimule a actividade económica.

A falta de flexibilidade no mercado laboral tem sido um dos principais motivos pela prática inexistência de investimento estrangeiro em Portugal. No último relatório de competitividade (World Economic Forum 2010/2011) Portugal está no 110.º lugar em 136 países analisados no que refere a “rigidez no mercado de emprego”, em exequo com o Paquistão e a Letónia. Se sabemos que a economia mundial está em grande transformação, se sabemos também que com todo o desenvolvimento tecnológico são necessários cada vez menos trabalhadores para prestar um mesmo serviço ou fabricar um mesmo produto, temos que transformar a nossa economia numa economia geradora de mais e diferentes empregos sob pena de não conseguirmos inverter esta perda quase sistémica de postos trabalho. Os dados estão à vista. Temos que os mudar e só depende de nós. Temos de criar um ambiente muito mais atractivo para o investimento produtivo interno e externo. A consequência natural é a criação de novos empregos. Só depende de nós. A maioria dos países, cujas empresas concorrem com as nossas, já o fez.

Criaremos assim condições para que o Estado nunca deixe de apoiar adequadamente quem perde o seu posto de trabalho.

## A.7. A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO NESTE CONTEXTO

Segundo a própria Constituição, a sua revisão poderá ocorrer de cinco em cinco anos, sendo assim possível nesta legislatura proceder a uma revisão.

Desde a aprovação da Constituição, em 2 de Abril de 1976, a Constituição já mereceu 7 revisões (a última em 2005).

Algumas revisões deveram-se a questões de compatibilização com Tratados ou legislações internacionais, mas as revisões mais substanciais procuraram corrigir uma constituição demasiado programática que se vai tornando, em parte, obsoleta.

É importante que a Constituição esteja focada nos princípios, valores e ordem legal básica da estrutura da nossa sociedade. Assim, não só seria mais forte, moderna e simples, capaz de ser vivida e apercebida por todos os Portugueses, como seria menos necessário estar a proceder, reactiva e frequentemente, a revisões.

A Constituição deve merecer o apoio da grande maioria dos Portugueses e não incluir soluções governativas ou de

políticas públicas concretas que sejam factor de divisão e se tornem inviáveis, obsoletas e sem qualquer aderência à realidade.

A Constituição, prevendo princípios e valores fundamentais, é a estrutura da organização fundamental da nossa sociedade. Deve estar virada para o futuro, permitindo, assim, encontrar as melhores soluções, não se limitando nessa procura por estar demasiado agarrada ao passado, alimentando ilusões enganadoras e demagógicas.

A Constituição não deverá ser uma força de bloqueio para procurar soluções, mas sim ser inspiradora de novos caminhos, não pondo naturalmente em causa os princípios e valores fundamentais.

Para tal, temos de alterar substancialmente a forma como a nossa sociedade funciona e está organizada, sob pena de prosseguirmos neste caminho de imobilismo e de empobrecimento relativo que temos vivido nos últimos 15 anos, assim como de não alcançarmos os nossos objectivos últimos enquanto sociedade.

Ao ter iniciado este processo, o PSD deu o pontapé de saída para uma discussão que deve ter o seu tempo, ser devidamente ponderada e envolver os principais agentes da nossa sociedade.

## B. PERGUNTAS E RESPOSTAS MAIS FREQUENTES

### B.1. O QUE É A CONSTITUIÇÃO?

A Constituição é o conjunto de normas que formam a Lei Fundamental do nosso País, que está acima das leis, estabelecendo os limites e as balizas a essas mesmas leis. Significa isso que a Assembleia da República e os Governos, ao legislar, têm sempre de o fazer dentro dos limites que estiverem previstos na Constituição. Se o não fizerem, a norma ou lei poderá ser considerada “inconstitucional”, pelo que não entra em vigor ou deixa de vigorar se não for devidamente corrigida.

Na Constituição estão contidos os princípios fundamentais e o modo de organização da vida económica e da vida política, bem como os direitos fundamentais dos cidadãos: os direitos pessoais, políticos, económicos, sociais, culturais. Entre os direitos fundamentais dos cidadãos conta-se o direito ao trabalho e à segurança no emprego, o direito à protecção da saúde e o direito ao ensino.

### B.2. HÁ ALGUM PERÍODO PREVISTO PARA A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO OU PODE SER FEITA EM QUALQUER ALTURA?

Sim, a Constituição pode ser revista decorridos que sejam cinco anos sobre a data da publicação da última lei de revisão ordinária. Esta legislatura, que teve início há 1 ano, tem competência para fazer uma Revisão Constitucional: o Parlamento está investido de Poderes Constituintes. O processo de debate e negociação das alterações à Constituição é longo, geralmente de um ano. Se é pertinente, se estamos no período previsto e se temos propostas para apresentar, por que devemos esperar? O País não deve esperar mais para debater o seu modelo para o futuro.

### B.3. EM QUE MEDIDA A REVISÃO CONSTITUCIONAL VAI MUDAR ALGUMA COISA NA VIDA DOS PORTUGUESES?

A Constituição, em rigor, permite ou não que se possa legislar de forma a mudar a vida dos Portugueses. Por exemplo, se estivermos num momento crítico, como é o caso, sob o ponto de vista económico e financeiro, e quisermos reformular o financiamento dos Serviços do Estado de forma a preservar e proteger esses mesmos Serviços, bem como os mais desfavorecidos, então temos de mudar a Constituição.

### B.4. EM QUE MEDIDA É QUE O PROCESSO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PODE CONTRIBUIR PARA A MUDANÇA QUE O PAÍS, COMPROVADAMENTE, NECESSITA?

Em três dimensões:

**Em primeiro lugar** estamos a viver um momento histórico, pela negativa, pelo que é necessário colocar os partidos Políticos e os Portugueses a fazer um **debate profundo sobre qual o caminho que querem para o seu futuro**. Queremos que o Estado continue a ter um papel preponderante no nosso modelo de Sociedade ou queremos devolver esse papel aos cidadãos? É um debate que transcende o curto e o médio prazo mas que se revela como sendo uma oportunidade ou necessidade fundamental. Trata-se do nosso futuro. Não devemos adiá-lo.

**Em segundo lugar, corrigir o afastamento da nossa Constituição da realidade da nossa sociedade e retirar a sua limitativa carga programática:** A Constituição, tal como está, não permite uma série de medidas que porventura

um governo do PSD, poderia querer levar a cabo. Mas, ao contrário, a Constituição revista não condena nenhuma das propostas, leis, ou medidas imputadas ou realizadas pelo PS e que estejam, actualmente, em vigor. A Constituição deve passar a ser uma Lei base com a qual qualquer partido que seja democraticamente eleito pelos Portugueses (de Direita ou Esquerda) possa aplicar o seu Programa de Governo sem a limitativa carga programática da Constituição. Tem de ser uma Lei fundamental para todos os Portugueses.

**Em terceiro lugar**, é a grande revisão para os próximos 15 a 20 anos. Com algumas alterações, conseguiremos ter, para todos os Portugueses, uma Lei Geral moderna, adequada aos novos tempos, socialmente justa e equilibrada e protectora dos que mais necessitam. Uma Lei Geral que permite legislar de forma a termos uma sociedade mais ágil, criadora de muito mais oportunidades. **É o compromisso do PSD fazendo jus ao seu papel historicamente vanguardista na criação de um Estado Social protector de quem necessita e reformador para criar uma sociedade mais justa e robusta.**

## B.5. É OPORTUNO REVER A CONSTITUIÇÃO NESTE MOMENTO, QUANDO PORTUGAL ESTÁ ASSOLADO POR UMA CRISE FINANCEIRA, SOCIAL E ECONÓMICA DE ENORMES PROPORÇÕES?

Sim, é oportuno por três motivos:

Em primeiro lugar, por motivos formais: estamos em plena Legislatura com competências constitucionais, ou seja, é o momento de o fazer.

Em segundo lugar, porque temos um profundo problema na organização e financiamento do nosso modelo social. Se a economia social está nas nossas prioridades políticas e sabemos que este debate se pretende sério, profundo e, como tal, longo, quanto mais tarde o começarmos, mais tarde vamos conseguir encontrar a melhor solução de consenso e a conseguiremos aplicar. Há problemas que, pela sua importância, não podem ser adiados.

O terceiro motivo é por uma questão de atitude: há quem, perante cenários políticos de elevada exigência e dificuldades, prefira não mexer. Mas também há quem queira transformar essas dificuldades em oportunidades, o que exige iniciativa e coragem. **É exactamente no meio das grandes crises** – como a que estamos a viver – **que devemos debater e fazer estes reajustamentos estratégicos.**

### B.5.1. COMO PODEMOS ENCONTRAR OPORTUNIDADES NO MEIO DESTA CRISE?

Nesta altura, as pessoas estão inquietas e ansiosas, pois não sabem bem como será o seu futuro. Neste contexto surge a **Oportunidade**: oportunidade de criar condições para colocar a sociedade no rumo das **regras claras, eliminando batotas e artifícios jurídicos**; oportunidade de fazer reformas importantes que nos tragam **crescimento pela via da colocação dos mercados em funcionamento sadio, da celeridade na justiça, da concorrência saudável e da regulação actuante**; **oportunidade de criação de mais e melhor Emprego**; oportunidade de **eliminarmos diferenças sociais** no acesso a bens e serviços fundamentais, como o Ensino e a Saúde; **oportunidade de rigor e disciplina nas contas públicas e privadas** e oportunidade de transformar o Estado em cumpridor e distribuidor justo da riqueza gerada, pelos que mais necessitam. **Oportunidade de termos uma sociedade mais exigente, mais evoluída e mais equilibrada.**

## B.6. A CONSTITUIÇÃO É UM TRAVÃO À GOVERNAÇÃO E ÀS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA LEVAR PORTUGAL PARA UM PATAMAR MAIS ELEVADO, NO QUE DIZ RESPEITO À QUALIDADE DE VIDA DOS PORTUGUESES?

A Constituição não aumenta, por si só, a competitividade das empresas; não cria, por si só, empregos; e não garante, por si só, a sustentabilidade do Estado Social. No entanto, tal como hoje se encontra redigida, cria muitos obstáculos e entraves às reformas de que Portugal tanto carece.

Se o nosso objectivo é fazer um debate aberto com a sociedade sobre o seu futuro, libertar o país de preconceitos ideológicos por via da Lei Fundamental e quisermos que cada Governo, independentemente da sua cor política e legitimamente escolhido pelos Portugueses, possa colocar em prática o seu projecto político, então é necessário tirar este travão.

Neste caso concreto, este Projecto de Revisão Constitucional propõe a retirada da carga ideológica Socialista do texto da Constituição, mas não impede que qualquer Programa de Governo Socialista possa ser livremente aplicado. O mesmo se passará com um Programa de Governo do PSD que, Constituição em vigor, encontrará caminhos Constitucionalmente fechados ao seu programa de reformas. Temos de ter uma Constituição para todos, não só para alguns.

## B.7. O PSD QUER ACABAR COM O ESTADO SOCIAL?

Esta é uma grande mentira.

O PSD tem uma longa história como impulsionador de importantes medidas de natureza social! Sempre que o PSD foi governo, nomeadamente com Sá Carneiro e Cavaco Silva, os direitos sociais dos portugueses conheceram novos

desenvolvimentos – a criação de uma classe média com rendimentos mais adequados às suas necessidades e à melhoria da qualidade de vida, o 13º mês para os reformados, entre outros.

O que o PSD quer é tirar o Estado Social da trajectória de ruptura por insustentabilidade para a qual caminha, reformando-o de forma a torná-lo justo, equilibrado e, por consequência, mais sólido e robusto.

### B.7.1. ENTÃO COMO É, EM GRANDES LINHAS, O ESTADO SOCIAL DEFENDIDO PELO PSD?

O Estado Social que o PSD defende tem, **num primeiro nível**, de **proteger quem realmente tem de ser protegido**. Mas essa protecção, que é feita com o dinheiro de todos através dos seus impostos, tem de ser assegurada e muito bem gerida. Não é razoável, por exemplo, que tantas pessoas, que estão perfeitamente habilitadas para trabalhar, recusem propostas de trabalho por receberem o Rendimento Social de Inserção. Um Rendimento Social que deveria funcionar apenas para quem comprovadamente não tiver qualquer outra solução e não para retirar essas pessoas do mercado de trabalho ou para subtrair recursos a quem deles efectivamente necessita.

O PSD defende um Estado Social que não estimule o imobilismo. “Ao Pobre, em vez de lhe dar peixe, ensina-o a pescar”. Os subsídios devem ser reservados a quem, comprovadamente, deles necessite. O Estado tem a função de, isso sim, estimular os seus cidadãos com possibilidades para tal, a terem um papel activo na sociedade como geradores e não consumidores de riqueza.

Só assim se consegue passar para um **segundo nível**. O PSD defende um Estado Social no qual **quem tem um nível de rendimentos elevado possa pagar** os serviços de saúde e de ensino, de forma a **tornar esses mesmos serviços mais acessíveis ou até efectivamente gratuitos para quem tem menos rendimentos**.

Não é o que se passa hoje em dia: o Estado assegura uma escola pública de igual forma para todos, independentemente dos seus rendimentos. Mas não será melhor que quem manifestamente pode pagar o faça, de forma a que essa mesma escola possa ter um nível crescente de qualidade e todos possam dela usufruir? Ou, por outro lado, por que motivo as pessoas com mais rendimentos pagam exactamente o mesmo, de taxa moderadora, num hospital público? Não será mais justo que quem tem mais rendimentos pague mais para financiar quem não pode pagar e gerando assim mais recursos que possam ser aplicados em melhores serviços e cuidados de saúde, eliminando, por exemplo, as listas de espera? Não será melhor alterar a forma actual de financiamento de modo a que, outro exemplo, os mais desfavorecidos usufruam de serviços de saúde de maior qualidade sem que tenham sequer de pagar as taxas moderadoras?

Num **terceiro nível**, não é mais justo que seja devolvido aos cidadãos a **liberdade de escolher** quais os serviços de saúde e de ensino de que querem usufruir, independentemente da sua localização geográfica ou se são públicos ou privados? Porque tem de ser o Estado a dizer-nos a que Hospital ou Escola temos de ir e, se nós não obedecermos, deixamos de ter o seu apoio? Por que têm os mais desfavorecidos de sofrer em intermináveis listas de espera por uma cirurgia, quando podiam recorrer a serviços privados, assegurando o Estado o pagamento dessa cirurgia? Porque tem de ser sempre o Estado a decidir por nós, quando podemos ter uma opção diferente. Temos que devolver a todas as pessoas a iniciativa sobre as decisões da sua própria vida.

### B.8. MAS, NÃO É VERDADE QUE O PSD PRETENDE ACABAR COM O ACESSO GRATUITO À EDUCAÇÃO E À SAÚDE, SUBSTITUINDO O SOCIALISMO PELO LIBERALISMO?

Não, não é verdade.

O Projecto de revisão constitucional diz, de forma a não deixar quaisquer dúvidas, que o acesso à educação e à saúde não pode **“em caso algum, o acesso ser recusado por insuficiência de meios económicos”**.

No actual sistema, a gratuitidade é ilusória. Na verdade, no total de despesas no consumo das famílias Portuguesas, em média, 8% é destinado a saúde, a taxa mais alta da Europa. Então, se o Serviço Nacional de Saúde é Gratuito ou tendencialmente Gratuito porque são os Portugueses os que mais dinheiro gastam em saúde? Ao actual Governo aplica-se bem o dito popular “olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço...”.

E há que ser rigoroso quando se fala no acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Como é, por exemplo, a experiência de ir ao dentista num hospital Público? Com ou sem recursos financeiros, não existe até à data esse serviço, ou seja: quem tem recursos paga e vai ao dentista privado. Quem não pode pagar simplesmente não vai ao dentista porque não existe esse Serviço no SNS. São desafios que têm de ter solução.

O Projecto do PSD reforça o acesso dos Portugueses – de todos os Portugueses – à educação e à saúde, reforçando assim os seus direitos fundamentais.

O PSD defende que bens sociais tão importantes como a Educação e a Saúde sejam universais e gerais. O Estado deve garantir a todos os Portugueses o acesso a uma saúde e a um ensino de qualidade. Esses serviços poderão pertencer à rede estatal, social, cooperativa ou privada, mas serão sempre inseridas numa rede de serviço público. Nesta rede, os cidadãos terão liberdade de escolher o serviço que melhor se adapta às suas necessidades ou especificidades.

## B.9. O PSD QUER LIBERALIZAR OS DESPEDIMENTOS?

Também não é verdade.

Mas de forma a tornar inequívoca esta questão e até pela polémica indevidamente gerada, foi introduzido no Projecto de Revisão Constitucional a remissão para a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, segundo a qual “Todos os trabalhadores têm direito a protecção contra os despedimentos sem justa causa”.

A contratação e o despedimento nunca devem ser arbitrários, mas antes regulados pela lei. É na lei, no Código do Trabalho, e não na Constituição, que se enumeram as razões que podem conduzir ao despedimento de um trabalhador.

Neste aspecto, o projecto de revisão constitucional do PSD é bastante claro e, no artigo 53.º, diz o seguinte:

“É garantida aos trabalhadores a segurança e protecção do emprego, nos termos da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da lei, sendo proibidos os despedimentos sem razão legalmente atendível, ou por motivos políticos ou ideológicos”.

### B.9.1. PARA QUÊ, ENTÃO, O USO DA EXPRESSÃO “RAZÃO LEGALMENTE ATENDÍVEL”?

A introdução da expressão “razão legalmente atendível” visa, unicamente, adequar o texto da Constituição à realidade. O Código do Trabalho já prevê, hoje em dia, outros despedimentos, para além dos despedimentos com “justa causa”, como por exemplo os “despedimentos colectivos”, os despedimentos por “extinção do posto de trabalho” ou os despedimentos por “inadaptação”. O projecto do PSD, com a expressão “razão **legalmente** atendível”, proíbe todo e qualquer despedimento fora dos casos previstos na lei.

### B.9.2. MAS HÁ, NO ENTANTO, REALIDADES ÀS QUAIS NÃO PODEMOS VIRAR A CARA, COMO POR EXEMPLO:

a) A excessiva rigidez laboral é um factor de perda de competitividade para um País. Na passada semana foi publicado um relatório bianual sobre competitividade, realizado pelo World Economic Forum para 2010 e 2011, no qual Portugal fica no 110º lugar em 136 países avaliados quanto a rigidez no Mercado de Trabalho. Com base nestes números, os resultados em termos de processos de decisão de investimento estrangeiro produtivo são muito maus.

b) A crescente precariedade no trabalho: em Portugal cerca de 2 Milhões de pessoas trabalham em regime de recibos verdes ou Contratos de trabalho a termo. Isto acontece porque as empresas não querem assumir relações mais sólidas devido às dificuldades do mercado e à falta de flexibilidade na Legislação laboral.

c) Nos últimos dois anos fecharam em Portugal mais de 20 000 empresas, a esmagadora maioria pequenas e médias empresas. Representa uma destruição maciça de postos de trabalho e de capacidade produtiva, que demorará muitos anos a recuperar.

d) Temos hoje em dia 10,6% de desempregados, 590 mil pessoas activas estão desempregadas. Isto sem falar nos 13,6% de taxa de desemprego real: são 695 mil pessoas desempregadas. Os dados oficiais do INE provam que não há criação de emprego. Pelo contrário, nos últimos meses assistimos à destruição de emprego. O PSD pretende enfrentar este problema de frente, sem demagogias, sem esconder a solução por não haver coragem política. **Vamos tratar de ferida, não tratemos apenas de a tapar.**

### B.9.3. ENTÃO O QUE DEFENDE O PSD?

O PSD defende que o mercado laboral seja, simultaneamente, seguro e flexível.

Seguro, na medida em que os direitos dos trabalhadores são salvaguardados, proibindo-se os despedimentos fora dos casos previstos na lei. Aliás, e para reforçar a segurança e protecção do emprego, o projecto do PSD remete expressamente para a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que garante a todos os trabalhadores protecção contra os despedimentos sem justa causa.

Flexível, na medida em que permita uma legislação moderna, adaptada às crescentes exigências do mercado globalizado. Como seria se, no decurso desta crise, a maior parte das empresas que fechou portas tivesse podido adaptar-se à redução da procura ou mudar o seu modelo de negócio? Como seria se estas empresas tivessem podido alterar apenas parcialmente o seu quadro de pessoal ou procurar pessoal adequado ao novo modelo? Seguramente muitas teriam sobrevivido. A destruição de postos de trabalho passaria de maciça para localizada. As empresas seriam mais flexíveis. Quantos empregos teriam sido salvos? E quantas novas oportunidades surgiriam, num mercado de trabalho mais activo, para quem perdeu o seu posto de trabalho?

Só com um mercado laboral que seja seguro e flexível será possível criar empregos mais estáveis, desincentivando a criação de trabalho precário, que, através de recibos verdes e contratos a termo, atinge, actualmente, dois milhões de portugueses.



## B.10. O PS PRETENDE DEFENDER OS INTERESSES DOS PORTUGUESES AO TENTAR IMPEDIR A REVISÃO CONSTITUCIONAL?

Falso.

Os Portugueses, na realidade, sabem agora que podem optar entre um projecto imobilista, de “colocar a cabeça na areia”, de não mexer num modelo em forte decadência e muito oneroso para todos os Portugueses ou outro modelo, o do PSD, reformador, realista, moderno e que volta a colocar Portugal na vanguarda dos Países Europeus.

O PS e os governos socialistas “enchem a boca” com argumento da defesa do Estado Social mas têm vindo a destruí-lo e, se prosseguirem nesta via, podem mesmo ser o seu covheiro.

Mas os Portugueses merecem que se lhes explique o que se está a passar, sem demagogia: O Estado Social defendido pelo Governo Socialista tanto não funciona como está a ser já progressivamente desmantelado. Temos hoje em dia um Governo Socialista a tentar com uma mão apropriar-se do território do Estado Social mas com a outra mão está a reduzir fortemente os apoios sociais ou a qualidade dos mesmos devido à insustentabilidade das suas políticas (encerramento de escolas, professores fora do sistema, encerramento de unidades de Saúde e de especialidades em muitos hospitais, fortes restrições nos apoios mensais a quem está mais fragilizado, etc.). Isto acontece porque as Políticas Sociais Socialistas foram financiadas por empréstimos dado que não havia rendimento disponível para distribuir. Por esse motivo a dívida externa tem vindo a crescer 10% ao ano, nos últimos anos. O Estado Social não resiste a este crescimento exponencial da dívida. E é impossível viver de dívidas em cima de dívidas. Um dia tem de acabar e é o que começou agora a acontecer.

Se o Partido Socialista não assumir uma posição de responsabilidade e manifestar uma abertura para um diálogo construtivo para a reforma do Estado Social, este vai perder qualidade, vai paralisar a economia e vamos todos ter de pagar mais impostos. Não é precisamente isto que tem vindo já a acontecer em Portugal? Os Portugueses têm a noção que são eles, todos os dias, através do IRS, o IRC, o IVA no pão, no café, na gasolina, no supermercado, em todo o lado, que estão a pagar com uma carga fiscal brutal o efeito deste modelo de gestão? E ainda assim com estagnação, com défices excessivos, endividamento como nunca visto, desemprego histórico? Não é ainda altura de rever o modelo da nossa sociedade e aperfeiçoá-lo? Ou vamos esperar que o barco afunde?

## B.11. É POSSÍVEL REFORMAR O ESTADO SOCIAL E DAR UMA NOVA ESPERANÇA AOS PORTUGUESES?

Sim.

Os Portugueses precisam de esperança. Esperança para um quotidiano onde as famílias e as empresas têm cada vez maiores dificuldades. Esperança para um futuro colectivo que proporcione melhores condições de vida e um melhor acesso a bens e serviços essenciais, nomeadamente para as camadas da população mais desfavorecidas, para os jovens e para os idosos.

Não iremos obedecer a jogos tácticos de nada fazer para, porventura, obter bons resultados nas sondagens. Temos que ter uma visão estratégica que nos conduza a um Portugal mais justo e mais solidário.

Lutando contra o imobilismo dos reaccionários e dos situacionistas, sendo eles de esquerda ou de direita. Lutando contra um Portugal sentado e conformado.

Não queremos uma Constituição que seja um Programa de Governo.

Queremos que a nossa Constituição permita que o Partido que vença as eleições possa governar como seu programa eleitoral sufragado livremente pelos portugueses e seja avaliado pelos resultados dessa governação.

Queremos um País onde a qualidade de vida dos portugueses possa ombrear com a dos melhores países do mundo.

## C. QUAIS SÃO OS VALORES QUE O PSD PRETENDE ASSEGURAR NA PRÓXIMA REVISÃO CONSTITUCIONAL?

Os valores e os princípios subjacentes à nossa acção reformista são claros:

- O escrupuloso respeito pela solidariedade social e pela garantia dos sistemas sociais (segurança social, saúde e educação);
- O primado da eficiência e da sustentabilidade do Estado nas prestações sociais;
- A adopção dos princípios da universalidade e da liberdade de escolha para todos os portugueses, garantindo o acesso das pessoas a uma rede alargada de bens e serviços fundamentais, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde, que reforce a protecção aos mais desfavorecidos;
- Assegurar o princípio da solidariedade inter-geracional, na qual assenta, sobretudo, o nosso regime de segurança social;
- O princípio da eficiência e da equidade fiscal;
- O princípio da livre iniciativa e da importância cada vez mais crescente, na nossa sociedade, da economia social;
- O princípio da responsabilização do exercício da actividade política.